

Levantar bandeira e dar pinta
Inflexões etnográficas sobre o movimento lgbt
em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias

*Carrying banners and giving sissyness:
Ethnographic inflections on lgbt movement
in João Pessoa (1980-2002) and its resonances*

Thiago de Lima Oliveira

*Doutorando em Antropologia Social (FFLCH – USP)
petraios@hotmail.com*

05

Resumo

O artigo delinea o processo constitutivo dos grupos de militância em favor da diversidade sexual na Paraíba a partir da trajetória histórica de grupos LGBT na cidade de João Pessoa no período compreendido entre as décadas de 1980 e 2010. Apresenta-se uma analítica da militância LGBT envolvida nos emaranhados políticos e sociais característicos de múltiplas agências e entender sua constituição como um produto-processo marcado por iniciativas e ações coletivas que articulam setores e espaços diversos, estabelecendo assim uma rede de relações.

Palavras-chave: militância homossexual; movimento LGBT; memória; cidadania.

Abstract

The article outlines the constitutive process of militant groups in favor of sexual diversity in Paraíba from the historical trajectory of LGBT groups in the city of Joao Pessoa between 1980s and 2010. It is presented an analytic of LGBT activism engaged in political and social tangles characteristic of multiple agencies and understand its constitution as a product-process marked by collective initiatives and actions that articulate different sectors and areas, thereby establishing a network of relationships.

Keywords: homosexual militancy. LGBT movement; memory; citizenship.

Introdução

A pesquisa que embasa este artigo teve como objetivo produzir reflexões etnográficas sobre o processo de constituição de uma militância pró-diversidade sexual, bem como do que se conceitua como “movimento LGBT¹” na Paraíba. O lócus geográfico inicial é a capital, João Pessoa, tendo em vista que, conforme o que se pôde observar em entrevistas e conversas com militantes e ativistas e do mapeamento documental e midiático que se pôde realizar ao longo da pesquisa, foi a partir desse lugar que se estabeleceu um processo de difusão de experiências e pessoas que, em relação com outros grupos organizados em lugares distintos do país, viabilizaram a constituição de grupos e coletivos organizados, ainda que nem sempre oficializados. Essas coletividades dedicavam-se a atividades de intervenção junto ao Estado e à sociedade promovendo e incorporando o debate sobre preconceitos, modos de violência e subordinação, cerceamento de direitos infringidos a pessoas que se reconheciam ou eram marcadas como gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Escrever uma narrativa a respeito desse conjunto de práticas e modos de ação políticas emergiu como uma demanda estabelecida a partir de um histórico já alargado, apesar de nem sempre suficiente, de interlocução e parcerias entre movimento e determinados espaços da academia, de modo que se há um processo de registro narrativo aqui, ele é fundamentalmente tributário das relações que se pôde estabelecer ao longo de momentos de diálogo, troca de experiências, escuta e análise que se consideraram a partir da importância de se refletir sobre o que

¹ Em sua acepção mais corrente, a sigla denomina os segmentos de mulheres lésbicas, homens gays, pessoas travestis e transexuais. Todavia, é preciso advertir que essas genealogias e processos de significação estão em constante trânsito, debate e podem ser remodeladas para fins e propósitos específicos, sejam críticos, analíticos e/ou políticos. Poderíamos falar, não como sinônimos, mas como análogos, em movimento LBTT, GLBT, TLBG, LGBTQI, GGG, dentre outras composições que, mais do que siglas, sugerem para complexa ordenação de regimes de reconhecimento (de sujeitos políticos, pautas e visibilidades).

aproxima e particulariza a experiência da diversidade sexual e das relações de gênero em contextos como João Pessoa.

Muito aquém de um exercício histórico, o presente trabalho é um movimento localizado entre margens disciplinares, de modo que a história tal como manuseada aqui é pensada a partir das inflexões de uma antropologia preocupada simultaneamente com o aspecto relacional da experiência humana e com as dimensões políticas inscritas em trajetórias de vida de pessoas e grupos a partir de articulações complexas entre público, privado e intimidade. Mesmo que prescindindo de certa noção de equilíbrio que organiza a reflexão de Edmundo Leach sobre as relações entre análise social e histórica, é preciso concordar com ele de que toda sociedade é uma sociedade no tempo (LEACH, 2014). Nesses termos, não é possível ignorar o trabalho de elaborar quadros suficientemente satisfatórios para dar conta das relações, por vezes desagregadas, entre pessoas, eventos e regimes de criatividade que poderíamos chamar aqui de “cultura” – agora distanciando-nos de Leach. Ainda, se Leach em sua análise do sistema social kachin esteve certo ao dizer que “os dados da antropologia social são antes de tudo incidentes históricos, intrinsecamente não-repetitivos”, (LEACH, 2014, p.54), é preciso concordar com ele mesmo quando dizia que, em última instância o trabalho do antropólogo é lidar com a desordem desses encontros e embates e conferir alguma inteligibilidade no sentido de produzir uma narrativa.

As propostas apresentadas encontram-se numa região fronteira e multidimensional, dialogando sobre processos e posicionamentos políticos na interseção entre história e antropologia, direitos humanos, políticas públicas e construção de subjetividades, cultura e políticas identitárias, convenções e saberes. Nesses termos, a pesquisa buscou reconstruir o cenário do movimento LGBT local a partir dos itinerários e memórias de militantes e atores envolvidos com a questão da diversidade sexual na Paraíba a partir da cidade de João Pessoa no período que entre o final dos anos 1980 e primeira década dos anos 2000 e suas ressonâncias nas décadas seguintes.

A etnografia desenvolveu-se através de pesquisa de campo e em arquivos, utilizando-se também de técnicas como história de vida ao longo dos anos de 2011 e 2013, tendo sido realizada de forma mais profícua junto os militantes e nas dependências – físicas e situacionais – do Movimento do Espírito Lilás. O MEL, como é chamado, era a época, e continua sendo, o grupo mais antigo em atuação no segmento LGBT em toda a Paraíba, e é a partir das minhas experiências e contato com os membros deste grupo que tento articular os principais elementos que caracterizam e compõem a história que me coube contar.

Minha preocupação não é de suprir as lacunas existentes no que se refere às produções no campo da história e das ciências sociais sobre a emergência dos movimentos sociais no nordeste do Brasil. Como já notou Alban Bensa (1998), nas relações ente análise do social e da história, persistem descontinuidades entre experiências, temporalidades, contextos. De maneira mais contida, o que busco é contribuir com a produção de conhecimento sobre o tema trazendo à tona alguns elementos que sirvam para problematizar as intensas relações entre movimentos sociais, políticas identitárias e militância e atuação política a partir de segmentos estigmatizados - em especial as categorias abarcadas pela sigla LGBT – em contextos que tem escapado às reflexões mais sistemáticas sobre militância. Não se trata, contudo, de uma cisão fundamentada em um apriorismo geográfico, mas de buscar na produção de uma etnografia regional espaços de convergência, mediação e diálogo a partir do qual se possa vislumbrar os trânsitos, fluxos e agenciamentos que configuram o fenômeno a partir de um ponto de vista descentrado.

Escrever uma história do movimento LGBT no contexto sobre o qual me encontro é debruçar-se sobre estilhaços. Inevitavelmente a tarefa remete a reunir fragmentos, buscar nas desconexões e irregularidades repetidas qualquer lógica, qualquer registro de possibilidade. A narrativa que tento estabelecer a seguir é composta por registros fracionados das memórias - como lembrança ou esquecimento - de alguns colaboradores, colhidas em sua maioria durante entrevistas e algumas delas em pequenas conversas informais e depoimentos de curta duração

coletados durante eventos e situações diversas. A pretensão aqui não é elaborar uma “etnografia de resgate”, como sugere Clifford (1998), no sentido de uma etnografia mediada por um posicionamento político previamente estabelecido; a busca genealógica e o processo de reconstrução memorial aqui desenvolvido tem outro propósito. Proponho uma escrita que aponte para as assimetrias, diferentes vozes e versões que compõem e inauguram o movimento LGBT como um sujeito político composto por múltiplas demandas, contingências. Trata-se não apenas de um produto, mas também de uma processualidade, um sujeito em contínua reformulação tendo em vista que todos aqueles reunidos sob a sigla LGBT estão em constante movimento de ressignificação, redistribuição e reescrita de si mesmos.

As falas e argumentos apresentados ao longo do texto são resultado de espaços de conversa, entrevista, análise de material documental esparsos e muitas vezes escritos em línguas indomáveis: prestações de contas de gastos públicos de convênios e projetos financiados com recursos públicos, atas de reuniões, cartas entre militantes, trocas de mensagens e sugestões que apareceram em comentários à leitura desse texto, fotos, enfim. Nesses termos, submeto as informações coletadas a uma exegese pouco ortodoxa, mas não menos rigorosa pela qual esse estoque de ditos, escritos, registros e sugestões se articulam e se misturam no sentido de produzir uma narrativa possível, indo de uma exposição imediata das falas em certos momentos até uma sugestão mais ampla em outros. Esses movimentos são de minha responsabilidade, e como forma de fugir de uma ciência comprometida com uma impessoalidade não localizada, exterior e alheia, como sugeriu Faraday (1995), por elas eu me responsabilizo.

Políticas da sexualidade

Como observou Isadora Lins França, o que aqui é apresentado como movimento LGBT compreende um sujeito político complexo, marcado por uma contínua atualização de si mesmo – enquanto formas políticas de apresentar-se - no que concerne ao “enquadramento”

próprio dos sujeitos a que se relaciona. Assim, estamos falando de um sujeito e um lugar político onde convivem “diversos discursos e estratégias políticas, que passam por constantes reacomodações, de acordo com o cenário social apresentado” (FRANÇA, 2006, p.8). Seguindo a orientação, aqui abordei o movimento LGBT não apenas como os grupos formalmente instituídos, mas busquei tensionar a possibilidades de grupos junto a amplas formas de militância e ativismo. Essas formas em sua heterogeneidade se manifestam geralmente por ações coletivas e também ações produzidas a partir de indivíduos em prol de um segmento. Isso se faz necessário porque, entre o oficial e o funcional, na dinâmica econômica, jurídica e também devido às precárias condições de acesso à educação formal em algumas regiões da Paraíba poucos são os movimentos formalmente instituídos, apesar de algumas dezenas de cidades apresentarem alguma forma de militância, na maioria das vezes materializada por indivíduos ou pequenos grupos de indivíduos.

O surgimento de um movimento organizado de homossexuais, de início fundamentalmente homens gays e posteriormente outras categorias identitárias sexuais subalternizadas, no Brasil esteve relacionado a um panorama maior que se localiza mundialmente com as campanhas contra a criminalização da homossexualidade na Europa de forma potencial no início do século XX, especialmente na Alemanha, e nos Estados Unidos em meados do mesmo século (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

No Brasil, o mesmo só ocorreria a partir da década de 1970 com o afrouxamento da ditadura militar e início de um processo mais amplo de abertura e redemocratização (GREEN, 2000a). Tal como observado por Regina Facchini (2005), foi nesse momento que observou-se o surgimento de atores políticos em espaços que tradicionalmente não eram contemplados pelas pesquisas acadêmicas ou que não estavam no *mainstream* dos discursos políticos – que então privilegiavam as disputas baseadas em marcadores sociais como classe. Isso não ignora, contudo, que antes desse espaço de gênese houvessem formas difusas e exercidas a partir de outras linguagens que não apenas a da política e que tinham uma preocupação em pautar e elaborar uma reflexão sobre

a diversidade sexual e as relações entre gêneros, ou mesmo problematizar a presença violenta do Estado. Nesses termos, podemos considerar formas mais difusas e efêmeras de agitação, a exemplo de reuniões em pequenos coletivos, processos de descoberta e experimentação corporal, e mais ainda as manifestações através das linguagens artísticas.

Não é o propósito aqui apresentar um estudo completo sobre isso que se chama de “movimentos sociais” em suas amplas e múltiplas acepções, todavia, faz-se importante dissertar sobre alguns elementos, especialmente (i) no que diz respeito a esta categoria de ação política no período de 1970 e efeitos posteriores e (ii) no que tange a um movimento social específico: o movimento LGBT. O processo de abertura política durante o regime militar no período final da década de 1970 instaurou um clima social de possibilidades onde indivíduos envolviam-se no processo de construção e ação local. Nesse ínterim, começam a aparecer pelo país uma diversidade de grupos baseados em ações coletivas com o objetivo de suprir as demandas do Estado naquilo que nas esferas locais eram entendidas como necessidades: enfrentar a violência nos ambientes domiciliares, reconhecer a cidadania de negros, mulheres, homossexuais; combater o avanço de indústrias em detrimento da degradação ambiental.

Assim, sob a pecha de “movimentos alternativos” o surgimento de um movimento homossexual no Brasil está atrelado também aos movimentos negro, feminista e ecologista. Em comum, a bibliografia sobre o tema, contempla que em relação aos outros, estes movimentos teriam se originado na “esfera da cultura”, enquanto elementos apartados das questões relacionadas aos conflitos de classe (FACCHINI, 2005, p.55). O marco inicial desse suposto movimento alternativo de homossexuais está situado no ano de 1978 na cidade de São Paulo com a criação do Grupo Somos de Afirmação Homossexual.

Todavia o período de abertura, o processo de atuação dos movimentos não é pacífico ou sem conflitos. Em uma analítica deste período, faz-se urgente distinguir as disparidades entre um processo lento e gradual de liberalização proposto pelo governo militar e as ações

desenvolvidas por estes grupos “alternativos”. Sobre esse aspecto no que se refere especialmente ao movimento homossexual, o historiador James Green argumenta:

Mesmo com as medidas repressivas exacerbadas dos militantes, algumas publicações no início dos anos 70 conseguiram escrever sobre o “Gay Power” e sugerir caminhos para a organização política de homossexuais. Quando o regime militar resolveu evitar uma explosão social ao implementar um processo de liberalização “lento e gradual” em meados dos anos 70, alguns grupos imediatamente se uniram para questionar as noções hegemônicas de homossexualidade, que a consideravam um comportamento pervertido e doentio. Embora os grupos que se formaram de fins dos anos 70 em diante não evoluíssem para movimentos de massa, eles conseguiram provocar debates nacionais sobre temas como parceria civil, discriminação e violência social contra homossexuais (GREEN, 2000b, p.455).

Assim, o que se desenvolveu no Brasil durante o período de 1970 não foi propriamente o que é hoje conhecido como movimento LGBT. Tratava-se de um complexo projeto de questionamento dos papéis de gênero e reposicionamento da homossexualidade nas convenções sociais, bandeiras que até hoje permanecem, mas que na época eram desenvolvidas sobre uma variedade de formatos e frentes de atuação diversas. Atualmente – e certamente na época também – o próprio enquadramento do movimento LGBT como um movimento alternativo é problemático tendo em vista que

o “alternativo” não é mais uma referência tão marcante e, além disso, porque, conservadas as características do alternativo presentes naquele período [de 1970] de forte ímpeto antiautoritário (...) seria difícil imaginar a sobrevivência desses movimentos ao período de “redemocratização”. (FACCHINI, 2005, p.57).

No período pós-70, o movimento homossexual apresenta um potencial desenvolvimento como movimento marcado por outros segmentos passam por um processo de enfraquecimento (FACCHINI, 2005). Colaborou para isso uma série de mudanças arroladas nas décadas seguintes, além da magnitude alcançada pela pandemia da aids. Fundamental para a compreensão da dinâmica de crescimento e expansão dos grupos pelo Brasil é a amplitude alcançada da epidemia de HIV-aids, especialmente a partir da metade final dos anos 1980.

A posição que a aids ocupou no noticiário e na agenda da saúde brasileira na década de 1980 foi de produção de um intenso pânico, muito disso resultado da intensidade e velocidade entre o diagnóstico e o óbito de pessoas gays, trabalhadores sexuais, usuários de drogas injetáveis e imigrantes de algumas regiões do sul global. Nesses termos, ainda que a descoberta das causas da epidemia no curso dos anos mostrasse um complexo mais amplo de relações, grupos e contextos, como observou Jane Galvão (2000), a associação como a homossexualidade persistiu. Apesar do aspecto trágico, contudo, a resposta que incidiu na década seguinte, em 1990, foi de uma profícua articulação junto ao Estado através de parcerias que tinham como propósito controlar o avanço da epidemia.

As relações estabelecidas por Estado e sociedade a partir da pandemia como uma “peste rosa”, como uma praga de homossexuais por muito tempo estimulou uma postura omissa do Estado. Ainda neste período, com o processo de publicização da epidemia em muitos personagens não reconhecidos como homossexuais – como artistas reconhecidos e que mantinham relações sexuais ou afetivas sigilosas ou discretas com travestis, trabalhadoras e trabalhadores sexuais e outros grupos na época identificados como portadores da “peste” – faz emergir a necessidade de adoção políticas para evitar a expansão e o crescimento das mortes e o controle dos números de infecção. Nesse sentido, o antropólogo espanhol Esteban García coloca:

A “homossexualização” da aids somada à des-homossexualização da atenção sanitária teve como corolário histórico um efeito

social impressionante: a visibilização e “homossexualização” de muitos homens que teriam sexo com homens. Nos grupos populacionais dizimados pela epidemia, conformou-se uma “comunidade no desastre” que fortaleceu a identidade homossexual. (...) Os laços comunitários e identitários se aprofundaram e os ativismos homossexuais deram seus primeiros passos importantes no reconhecimento político latino-americano nesse contexto particular em que convergiram historicamente a vitimização dos homossexuais por aparatos estatais repressores em vias de transformação e a vulnerabilidade sanitária da população homossexual (2009, p.544-545).

Assim, as campanhas sanitárias para controle da aids e de incentivo ao uso do preservativo e demais medidas de “sexo seguro” constituem-se como um capítulo sumário e central na agenda dos grupos que surgiram neste período. Em busca de apoio e financiamento do Estado para seus projetos e iniciativas, houve um grande incentivo ao registro formal dos grupos. Multiplicam-se associações, foram grupos especializados em busca ativa às “populações de risco”, equipes de educação sexual especializadas em instruir sobre uma etiqueta sexual para a população homossexual. O que se desenvolve então é um conjunto de parcerias entre o Estado e os grupos no âmbito de combater o avanço da aids; mais que isso, a historiografia dessas relações, conforme explica Garcia (2009, p.545) mostra que há nestas relações uma barganha onde os movimentos em troca do reconhecimento da homossexualidade como uma orientação não patológica ou perversa, e assim, o estabelecimento de uma imagem positivizada dos homossexuais, oferecem seu esforço no controle da epidemia. E o que se verificou foi “uma das mais rápidas estâncias de transformação do comportamento massivo na história da promoção sanitária: a maioria dos homens gays começou a usar preservativo e a maioria continua usando-os até hoje” (HAIG, 2006 *apud* GARCÍA: 2009, p.545).

O que (re)conhecemos no Brasil como movimento LGBT, entendendo as demandas políticas inerentes a este sujeito político, como apresentadas no começo deste tópico, é resultado de: (i) um processo inicial de representação social de indivíduos subalternizados por suas identidades sexuais e de gênero que por sua vez se localiza num cenário maior e mais complexo de afrouxamento de medidas repressoras durante a ditadura militar; (ii) de um complexo processo de negociação com o Estado, nas suas instâncias sanitárias e jurídicas, a partir dos movimentos sociais no estabelecimento de políticas de reconhecimento e positividade da homossexualidade no período de enfrentamento de epidemia da aids; e por fim, (iii) de um complexo mecanismo de negociações entre categorias internas do movimento, responsável pelo estabelecimento espaços de mediação em disputa por representatividade, como se verá mais adiante.

Itinerários

Assim como em outros estados, na Paraíba a pré-história do movimento LGBT está vinculada ao desconforto de um segmento da população com as moralidades sexuais então vigentes no país durante a década de 1970. O surgimento dos primeiros grupos de militância em vários segmentos, entre eles o homossexual, na década seguinte está vinculado às contínuas mobilizações e erupções de coletivos de civis descontentes com a gestão do Estado, e de modo geral, de grupos e coletividades descontentes com a política; buscavam assim. Esse fenômeno na Paraíba é visível no surgimento das ligas camponesas e de mobilizações de trabalhadores rurais a partir de pastorais da terra, movimentos estabelecidos, na maior parte dos casos, com o auxílio de setores mais progressivos da Igreja católica, e em menor escala, de grupos protestantes. Não há espaço aqui para desenvolver de forma mais ampla e profícua as relações que as mobilizações de trabalhadores rurais no interior do estado estabeleceram com os movimentos de mulheres, trabalhadores da indústria, de homossexuais e em menor escala com o movimento negro na capital e região metropolitana de João Pessoa,

todavia é preciso salientar, o intenso fluxo e múltiplo pertencimento de militantes nesses segmentos. Tratava-se não de uma militância específica ou pontual, mas, ao contrário, de um engajamento social em demandas diversas, em geral, vinculado a grupos subalternizados.

Caberia talvez retomar a noção de fluxo, de corrente de informações, valores e experiências sobre os quais se constitui a cultura - e por que não, a política também - argumentada por autores como Fredrik Barth (2005) e Ulf Hannerz (1992) e pensar a na possibilidade de, aproximando-os a uma forma de transmissão e circulação de pautas e engajamentos, falar em fluxos de militância ou fluxos. Isso porque na medida em que os a atuação e interesses dos envolvidos em tais processos políticos não eram unívocos, desconectados de outras pautas, mas localizada, estavam organizados a partir de aspectos relacionais, de trânsito e interesses que se envolviam laços de amizade, parentesco e afinidade até um entendimento político mais amplo de que todos esses regimes de combate ao poderio hegemônico estão correlacionados.

Na capital, anterior à emergência formal de qualquer grupo, na década de 1980 as mobilizações e espaços de discussão estavam atreladas especialmente aos domínios da atividade cultural e do lazer. Em João Pessoa, nos primeiros anos da década de 1980 o fanzine “Jornal Gaia”, produzido por jovens universitários, entre eles Sandoval Fagundes e Chico Noronha, cumpria a função de abrir espaço para a expressão de outras experiências sexuais através de uma mistura entre formas artísticas, crítica social e jornalismo acadêmico. Ainda que contemplasse a experiência homossexual, ou algumas formas de homoerotismo, o Gaia não era propriamente um veículo de contestação homossexual, como era, por exemplo, o famoso jornal “Lampião da Esquina”, do grupo Somos. De forma mais concreta é preciso pensá-lo como um espaço artístico onde noções como “liberdade” e “rebeldia” eram colocadas como uma marca daqueles tempos e organizavam o conteúdo, por vezes disperso, da publicação. Teatro, música, literatura eram os temas onde em geral as sexualidades ditas dissidentes manifestavam-se nas páginas do Gaia. Como fanzine, a circulação do Gaia era restrita a pequenos

números mimeografados cuja distribuição era feita entre conhecidos, restringindo-se a um pequeno grupo universitário e a grupos culturais que mobilizavam a cidade naquele momento.

O Gaia em sua estética, forma de atuação e conteúdo é um exemplar para expor a forma de atuação dos primeiros grupos militantes a surgir no estado, nos anos seguintes. Diferente da mobilização no interior do estado, com um foco na experiência macro e na mobilização a partir de comunidades de base e setores socialmente desqualificados, na Paraíba o que se observa nos anos iniciais da década de 1980 são formas de mobilização sediadas ou direcionadas, em princípio, para um público juvenil e universitário, e que partiam geralmente de expressões artísticas, como a fotografia, o cinema e a literatura, por vezes mesclando expressões à configuração socioespacial da cidade. O foco então reside na experiência subjetiva, em descobrir, expressar ou tornar público uma forma de erotismo e de sexualidade inscritas no regime do que não pode ou não deve ser dito em uma cidade ainda profundamente marcada por uma moralidade cristã, comprometida com o disciplinamento dos corpos e dos prazeres.

O primeiro grupo de militância homossexual da Paraíba inicia seu processo de estruturação no ano de 1981, influenciados pela experiência desenvolvida por outros grupos de militância já instituídos e em atividade na época, tais como o Grupo Gay da Bahia, GGB, (BA) e o grupo Somos (SP). O surgimento do grupo “Nós Também” (NT), em 1981 está estritamente vinculado às experiências de jovens universitários e professores da Universidade Federal da Paraíba em grupos de discussão ocorridos durante o Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) daquele ano. Em entrevista, Henrique Magalhães, um dos membros fundadores do Nós Também, e atualmente professor da área de comunicação da Universidade Federal da Paraíba relata que o nome e o próprio surgimento do grupo estão relacionados aos grupos já existentes. No encontro da SBPC, já citado, ao inscreverem-se para participar de um grupo de debates sobre sexualidades, os jovens alunos e professores, quase todos vinculados aos cursos de comunicação e artes,

são solicitados a apresentarem-se enquanto grupos, como os demais. Nesse momento, a partir da sugestão de uma amiga o nome é dado a pretexto dos grupos ali presentes e em atuação, em especial o grupo Somos, de São Paulo.

Nós também SOMOS. Então se existem esses grupos, nós também somos e queremos fazer um grupo. (Henrique Magalhães, entrevista março de 2013)

Na volta do evento, o grupo afetado pelas experiências e debates compartilhados então iniciou a organização do grupo. Diferente dos grupos em atividade naquele momento no país, o grupo NT apresentava duas particularidades, uma primeira ligada ao caráter misto dos seus membros e um segundo ao formato de sua intervenção, geralmente mais artísticas e performáticas do que as desenvolvidas pelos grupos seguintes.

Como notou Henrique Magalhães, membro do Nós Também durante uma entrevista, os membros, em geral na faixa etária entre vinte e trinta anos eram, em sua maioria, oriunda dos cursos e centros acadêmicos de Educação Artística e de Comunicação da UFPB. O perfil pode ser elaborado em torno de jovens de classe média e baixa, residentes nos bairros de Castelo Branco e outros no sentido da praia, Tambauzinho, Miramar, Tambaú e Cabo Branco. A atuação do NT era caracterizada por intervenções com caráter mais artísticos, com ares de performance e de intervenção sobre o cotidiano da cidade. Reunidos geralmente no antigo Bar da Xoxota², as atividades realizadas envolviam saraus poéticos, produção e distribuição de cartões postais temáticos, desenhos, e também exibição de curta-metragem em documentário e ficção. Além

² O bar da Xoxota era um espaço de subversão e integração de diferentes tipos na cidade durante a década de 1980. Estava localizado na região da praia de Tambaú na rua Ozório Paes Carvalho da Rocha, região que também concentrava outros espaços de homosociabilidade na cidade nos anos seguintes, como a boate Sanatórios, a conhecida Tapiocaria e atualmente o bar Empório Café.

destas intervenções, o NT era um grupo de estudos de jovens em torno de suas sexualidades. A tônica da descoberta e do compartilhamento de experiências pessoais era recorrente nas reuniões, geralmente organizadas nas casas dos professores Lauro Nascimento ou Sandra Craveiros. As reuniões envolviam além do núcleo comum de atividades outros jovens interessados que eventualmente apareciam em um encontrou ou outro, mas que não tinham uma frequência regular ou que se envolviam de forma efetiva nas intervenções.

A atuação do NT durou até o ano de 1983, mantendo como núcleo consistente de atividade professores e alunos da UFPB, principalmente Lauro Nascimento, Sandra Craveiros, Gabriel Bechara, Germana Galvão e Henrique Magalhães, conforme informou este último. Após dois anos de atividades o grupo começou a diluir-se e as atividades foram reduzindo-se frente a outras atividades pessoais dos militantes e à expansão de novos formatos de militância mais basilares e orientados para públicos diferentes.

Com uma proposta e forma de atuação mais semelhante às mobilizações das ligas camponesas e com forte influência de ideologias como da esquerda, como o marxismo e a teologia da libertação, no ano de 1984 surge na Paraíba o grupo Beira de Esquina (BE). Assim como no caso do Nós Também, o nome do grupo é um indício de suas inclinações e concepções de militância. Formado por jovens universitários geralmente vinculados aos centros acadêmicos da UFPB e às mobilizações de líderes comunitários, a atuação do BE tinha um caráter menos acadêmico, e como indicou Luciano Vieira Bezerra, membro do Beira de Esquina e eleito por diversas vezes presidente do MEL, o grupo estava voltado à formação das comunidades de base, reunindo homossexuais na universidade e também nos bairros mais afastados onde os estudantes moravam. Ainda segundo ele, os membros do grupo, em sua maioria, estavam vinculados a outros movimentos sociais, a exemplo do movimento sem terra e das pastorais ligadas à igreja católica em crescimento durante o período de ditadura militar. A teologia da libertação também fora um componente importante e que contribuiu

para a formação ideológica e que corroborou com a seleção do público prioritário e os modos de atuação dos militantes.

O caráter multifacetado e de atuação diversificada do BE, ainda que o caracterizassem de forma distinta dos grupos anteriores, fez com que, em pouco tempo, sua atuação fosse dissolvida em grupos e bandeiras diversas. No período entre 1986 e 88 as ações vinculadas ao que se chamava na época de MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) na capital estavam politicamente relacionadas ao Grupo Especial da Paraíba, uma organização informal que buscava agregar diferentes bandeiras e temáticas de militância através de ações de ajuda mútua, concessão de espaço e partilha de experiências. Ainda que o núcleo do BE continuasse o mesmo e fosse posteriormente condensado no MEL, o nome “Beira de Esquina” já não cabia mais ao grupo, que ainda que tivessem sua atuação centrada na temática da opressão sexual e da violência contra homossexuais, agora se organizava sob um novo formato.

Em março de 1992 é fundado o Movimento do Espírito Lilás, o MEL um grupo que, como informa um dos seus idealizadores e fundadores, Breno Correia, nasce na cidade de João Pessoa com “o objetivo de ser um movimento de emancipação homossexual”. Congregava gays, lésbicas e algumas poucas travestis e durante os anos iniciais sua atuação seguiu os moldes do antigo “Beira de Esquina”, buscando trazer e discutir demandas e políticas públicas entre o Estado e os homossexuais da cidade em bairros da capital paraibana. Naquele momento, destacavam-se a atuação de nomes ainda importantes, no cenário contemporâneo da militância LGBT; além de Breno Correia (atualmente ausente do campo de lutas LGBT), também integravam essa primeira geração do MEL: Fernando Peixe, Valmir Ferreira (Ferreirinha), Luciano Vieira Bezerra e Mazureik Moraes – os militantes mais envolvidos ou mais conhecidos na época.

Nos anos iniciais a atuação do MEL desenvolve-se em duas grandes frentes que se colocam simultaneamente em disputa e de modo cúmplice: a universidade e as comunidades de base. Se por um lado a atuação universitária, fortemente vinculada aos Centros Acadêmicos e o Diretório Central de Estudantes, permanecia como uma demanda e um campo

importante de ser mantido, por outro lado os projetos de intervenção e formação das comunidades de base, junto a associações de moradores ou pequenos grupos de homossexuais se tornava cada vez mais importante no sentido de não restringir a atuação do grupo ao contexto universitário. O propósito, nesse último, direcionava-se à sensibilização e esclarecimento dos homossexuais e suas famílias sobre a condição homossexual, além de instruir sobre medidas preventivas contra a aids e outras doenças sexualmente transmissíveis através do sexo seguro.

Nos anos iniciais de atuação do MEL a pauta da sensibilização da ‘comunidade gay’ para os significados atribuídos ao “ser homossexual” e uma forma mais ativa de atuação no sentido de promover uma cidadania homossexual estavam articuladas através dos projetos de combate à aids. Nesse momento uma parte significativa dos membros esteve vinculada ao grupo Bem-Estar Familiar (BENFAM). Nesse sentido, como lembra Cleudo Gomes, em comunicação pessoal:

[um] grupo de fundadores [do MEL] era atendido na clinica da BENFAM, aqui no Estado, além da militância que afluía nos gays, tinha a questão da epidemia da AIDS que atingia o segmento, por isso estavam em um grupo focal, sendo atendidos por psicólogos na BENFAM, a qual fazia prevenção as DST/AIDS em 1992 (Cleudo Gomes, comunicação pessoal, 2014).

Aqui, as ações voltadas à aids não incluíam os grandes projetos financiados pelo Ministério da Saúde, característicos das décadas de 1990 e 2000; tratavam-se de ações de formação e sensibilização para as formas de contaminação e contágio, além de atividades localizadas de busca ativa entre segmentos da comunidade que na época era tomados como grupos em risco, a exemplo de travestis e profissionais do sexo.

No que se referia às demais práticas de ação política, símbolo desses primeiros anos de atuação do MEL é sua filiação ao Conselho Arte e Luta (CAL), agrupamento dos diversos movimentos de militância social e artísticas que se reuniam, em sua maioria, no prédio do Teatro Cilaio

Ribeiro, localizado na avenida General Osório, onde diversos grupos artísticos e militantes encontravam-se para festas, reuniões e assembleias (ver figuras 1 e 2). Ainda em 1993, as atividades do MEL estão sediadas não no prédio do teatro, ainda que esse fosse um ponto central de encontro e mobilização, mas sim nas dependências do centro acadêmico e das salas de aula do antigo Departamento de Artes e Comunicação (DAC) da Universidade. Nesse sentido, o ano de 1993 foi sensivelmente importante para o fortalecimento do grupo, tendo em vista que a intensificação e maior público presente às reuniões periódicas realizadas na sala 304 do DAC.

Figuras 1 e 2 – reuniões do MEL nas dependências do Teatro Cilaio Ribeiro, em 1993.



Fonte: Acervo MEL / Projeto Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba (Oliveira, 2012).

Assim como na estrutura do Beira de Esquina, os militantes estão fortemente vinculados a outras esferas de atuação política como os movimentos estudantis, outros movimentos sociais e partidos de esquerda. Todavia, se essa característica de pertencimento múltiplo e não especificação, característica do BE, acabou por dissolver o grupo, no caso do MEL ocorreu algo semelhante. A constante movimentação e as relações intensas dos militantes junto a outros atores e grupos acabaram por gerar ruídos que levaram a quebras e rompimentos entre os militantes. Em 1994, dois anos após a fundação do grupo, um de seus idealizadores, Breno Correia, tendo em vista os embates e desentendimentos relativos

ao ingresso de novos membros e as condutas, tidas como incoerentes, de outros membros fundadores resolve desvincular-se do MEL e fundar, logo em seguida, outro grupo de contestação, o ALL. ALL é a sigla do grupo Ação para a Liberdade Lilás, fundado em 28 de junho de 1994 na ocasião da comemoração dos 25 anos do dia internacional do Orgulho Gay. Em sua carta de renúncia e denúncia da situação no mel, data de oito de julho de 1994, Breno apresenta-se da seguinte maneira:

Eu, Breno Correia da Silva, universitário, estudante do curso de Educação Artística da UFP (Universidade Federal da Paraíba) – CAMPUS I, idealizador e fundador do movimento do Espírito Lilás (MEL) – fundado em março/92, na cidade de João Pessoa com o objetivo de ser um movimento de emancipação homossexual, e do atual Ação para a Liberdade Lilás (ALL), fundado no dia 28 de junho deste, em plena homenagem aos 25 anos do Dia Internacional do Orgulho Gay, onde na oportunidade, nós, do ALL, expomos cartazes, jornais, revistas, fotografias, poemas e uma pequena performance, tudo com o tema da homossexualidade nos 25 anos de resistência (Breno Correia, carta de 8/7/1994).

As razões para a saída de Breno do grupo estão vinculadas, por um lado, ao ingresso de uma militante, tido pelo mesmo como homófoba e preconceituosa, e também pelo contraste de suas ideias de interesses pelo grupo, em especial no que se referia a

fazer campanhas de incentivo ao relacionamento fiel entre homossexuais, em prol do 'casamento homossexual (que hoje [1994] é uma bandeira de luta que o PT defende) e da formação de um grupo de reflexões e orações composto por casais gays e lésbicos (são essas entre outras, como a informação e o combate ao preconceito, à discriminação e à homofobia, as bandeiras defendidas pelo ALL) (Breno Correia, carta de 8/7/1994).

Com a saída de Breno Correia, as ações do MEL concentram-se de forma mais efetiva nas temáticas relacionadas às comunidades de base, em especial no sentido de sensibilizar e fortalecer pequenos grupos de homossexuais, convocando-os às reuniões, festas e atividades realizadas no sentido de construir uma comunidade. Essa relação sofre uma tênue alteração nos anos seguintes, quando do aumento do número de casos de mortes e diagnóstico de casos de aids no estado, e de forma mais específicas, na capital, tendo em vista que até hoje o centro de referência para tratamento da doença no estado é o Hospital de doenças infectocontagiosas Clementino Fraga, no bairro de Jaguaribe. A relação que se estabelece entre o MEL e as políticas de saúde, todavia não foram harmoniosas. Hoje, boa parte dos recursos que financiam as atividades desenvolvidas pelo grupo é oriunda de fundos da saúde pública municipal e estadual destinados a ações de formação, algumas delas realizadas pelos grupos. Nos anos iniciais a tensão está localizada numa dificuldade estratégica em conciliar o legado popular de trabalho em comunidades de base com as questões particularmente relacionados à aids:

Sim, porque de fato, ultimamente alguém tava falando que tem nessa militância nova do movimento LGBT tem figuras que se tornaram militante a partir da Aids e eu acho que é um militante diferente do militante que, como eu e outros, vem de movimentos sociais, dessa questão da Igreja, ou de outros campos. Então eu acho que é outro tipo de militância (Luciano Vieira Bezerra, entrevista, julho de 2011).

As relações do movimento homossexual com o Estado no sentido de estabelecimento de parcerias visando o combate à epidemia da aids na Paraíba desenvolve-se naquilo que Parker (1997) caracterizada como o quarto momento das respostas dadas e construídas junto ao Estado para a pandemia. Consoante Parker, esse é o período no qual, após o impeachment do presidente Fernando Collor, e com o retorno de Lair Guerra à coordenação do programa nacional para controle e combate

à aids, a partir de 1992. É nesse momento que se inicia uma avaliação dos resultados do programa realizados nas administrações anteriores e também iniciam-se as parcerias entre a sociedade civil, o Estado (FACCHINI, 2005, p. 159).

Se nos primeiros anos da década de 1980 e na primeira metade dos anos 1990 as ações em relação à aids ocorriam de maneira comunitária e voluntária, tendo em vista as poucas possibilidades de acesso à recursos financeiros (GALVÃO, 2000, p. 60-3; FACCHINI, 2005, p. 161), na Paraíba as primeiros projetos de combate à aids promovidos pelo MEL estavam centrados em ações culturais e de sensibilização para as formas de contágio, bem como aos mecanismos de proteção. Entre o fim dos anos 1990 e início da década de 2000 iniciam-se as primeiras parcerias, na Paraíba, entre o Estado e o MEL que permitiram acesso a recursos federais e internacionais.

As ações financiadas pelo Ministério da Saúde atestadas nos projetos propostos pelo MEL e financiados a partir dos anos 2000 visavam de forma predominante as atividades de formação de multiplicadores, quase sempre militantes, distribuição de preservativos e atividades de busca ativa com finalidades do que se chamaria “redução de danos”. Além dessas ações, o MEL pôde, com auxílio dos recursos, financiar projetos que, se por um lado tiravam o foco da questão da saúde como ponto de partida para a experiência homossexual, buscavam o desenvolvimento de estratégias de visibilidade dos segmentos gays na cidade, a exemplo de eventos, reuniões e audiências públicas e as paradas pela diversidade (comumente chamadas de “paradas do orgulho gay”, ou “paradas gay”, termos que podem servir como sinônimos para essa estratégia política de visibilização). Observa-se também uma diversidade de modalidades e formas de entrada utilizadas pelo grupo para promoção e concretização de seus objetivos, como aparece no relato da militante Malu Morenah, que comenta sobre sua atuação como militante do grupo e as atividades desenvolvidas tanto com foco na busca ativa, quanto no teatro:

Aí eu sempre fazia esse babado; a questão da saúde, da multiplicação, da prevenção, aí vem aids, hepatites, como usar o preservativo... Sempre gostei. (...) [Em 2005], a gente ensaiou Fidelidade, que era um texto totalmente voltado pra prevenção a aids. Na época a gente tava com a história do “Aids em Cena”, que era um projeto do Ministério da Saúde, para grupos de teatro de instituições voltados pra causa da aids, do preconceito e da discriminação (Malu Morenah, entrevista realizada em julho de 2011).

Ainda com a ação do Estado, não podemos negligenciar que consoante a atuação dos grupos no combate à aids, houve também a tentativa de criação de uma imagem positiva da população homossexual, imagem essa que forçou os grupos a rever significativamente o comportamento de seus grupos e também a constantes redefinições e reflexões sobre os sujeitos aos quais visa incluir. Assim, as políticas de identidades sexuais começam a entrar em pauta, e na Paraíba não deixa de ser diferente. A formação de novos segmentos esteve relacionada às crises e tensões dentro do movimento. Ao que parece, apesar de certo encorajamento para a criação destes novos grupos, os questionamentos realizados por jovens militantes para os quais se dirigiam olhares de estranhamento em alguns momentos favoreceu o projeto de segmentação e formação de novos núcleos e mesmo de grupos. Nos dizeres de Rosa Maria Oliveira:

A dinâmica organizacional do movimento homossexual no Brasil conduz a uma categorização cada vez mais sofisticada dos sujeitos. Marcada pelas noções de identidade ou adesão a práticas sociais e sexuais determinadas, a afirmação pública das identidades de gênero parece levar os sujeitos que se sentem representados por uma dessas denominações a pautar politicamente espaços até então desocupados por suas singularidades, causando conflitos internos, que podem auxiliar a criar novas estratégias políticas em torno do tema das identidades de gê-

nero, se encarados de um ponto de vista positivo, criador de sociabilidades (OLIVEIRA, 2009, p.166).

Durante seus dez primeiros anos de atuação o MEL se manteve como um grupo misto, no entanto demandas internas e conflitos de opinião e estratégias de atuação contribuíram para o processo de reconfiguração do movimento. Durante este período a entrada de novos contingentes de militantes comprometidos ou preocupados com demandas próprias de suas categorias, tais como lésbicas e travestis, que não estavam se sentindo contempladas nas estratégias ou focos de atuação desenvolvidos pelo movimento estimulou, em princípio, a iniciativa de formações e atividades específicas para estes segmentos internos dentro do próprio movimento.

Ressonâncias - expansão e reconfiguração do movimento LGBT na Paraíba

Em 2002, no seio dos debates já em desenvolvimento sobre segmentação ou não do MEL surgem os dois grupos que ainda hoje atuam na cidade, orientados especificamente para mulheres lésbicas e bissexuais e o segundo para travestis e transexuais. Foi nesse momento que, conforme anunciaram militantes como Luciano Vieira Bezerra, Renam Palmeira e Cleudo Gomes, de maneira oficial, surgiu a Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA) e o Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, bem como outras lideranças que ajudam a compor o quadro da militância LGBT na cidade: Fernanda Benvenutty, Gel Laverna, Lumara Vilar, Marly Joaquim, Lúcia Bezerra e Ana Clara Maia, como sugerido por Malu Morenah durante entrevista.

A segmentação de um grupo maior em grupos interligados, parece não ter sido desejo de todas e todos os envolvidos. Isso se vislumbra nas memórias de alguns militantes e em seus discursos, a exemplo da fala abaixo de Malu onde o momento aparece sob a forma de um saudosismo:

É que a ASTRAPA saiu do MEL, o Maria Quitéria saiu do MEL – eu tava nessa época quando a Fernanda [Benvenutty] (...) apareceu, e deu essa ideia de criar um núcleo só pras trans, um movimento que fizesse só pras trans. A Fernanda apareceu, saiu de dentro do MEL e fundou a ASTRAPA. A mesma coisa foi o Maria Quitéria, par as lésbicas. Até então o MEL englobava tudo, as trans, os gays, as lésbicas; tinha umas palestras que toda quarta-feira fazíamos e que eram maravilhosas: a gente pegava um tema particular e discutia. Passava um vídeo - era como se fosse cinema e pipoca - aí toda quarta tava lá: as pessoas iam, assistiam, recebiam preservativo, discutiam e saíam. (...) Eles gostavam muito, e eu sinto falta desse trabalho. E a gente gostava muito de fazer, e foi daí que surgiu a ASTRAPA, que alugou uma sala na frente. Foram pra lá a Fernanda Gel [Laverna], a Pedrita (que faleceu assassinada) que é da gestão da ASTRAPA. O Maria Quitéria era a Adneuze, era a Dulce, a Sheila, aí foram pra outro local. Mas eu sempre achei meio louco. Eu sempre achei que devia estar todo mundo; eu nunca achei que devia estar separado não. Eu sei que cada um tem suas especificidades, mas aí tem a questão assim, sei lá... Todos juntos fica melhor, embora tenha os seus entraves, mas eu acho que fica bem melhor. Acho que tem uma força maior, o movimento todo junto. Nunca achei muito interessante esse negócio da ASTRAPA estar num canto, a Maria Quitéria no outro, o MEL em outro... o MEL só de Gay, o Maria Quitéria só de lésbica... Nunca gostei dessa história! (Malu Morenah, entrevista em julho de 2011).

Nesse clima de tensionamento entre as mobilizações internas ao MEL e os questionamentos das militantes travestis, algumas recém-chegadas, para criação de um setorial ou um grupo dentro do movimento que pudesse atender devidamente as demandas de travestis e transexuais em João Pessoa e no interior do estado, surge em 19 de outubro de 2002 a Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba, a ASTRAPA:

Essa associação, esse grupo organizado existe desde 2002, tem dez anos. Antes existia o Movimento do Espírito Lilás, que o é o MEL, que tem um público e objetivo específicos que é tratar dos homossexuais masculinizados e afeminados, mas a gente sentiu uma falta de uma pessoa que tratasse também da questão das políticas das travestis. Então a ASTRAPA partiu desde a ideia, ainda dentro do grupo do MEL. E aí nasceu a Associação das Travestis, em 2002, no dia 19 de Outubro de 2002. Essa associação foi criada com cerca de doze travestis - algumas profissionais do sexo e algumas no mercado de trabalho regular - que resolveram se articular pra poder fundar esse grupo. (Gel Laverna)

Em sua ata de fundação, a ASTRAPA demonstra um comprometimento em vista de “articular, mobilizar, propor e monitorar políticas públicas de superação e enfrentamento à discriminação e à violência homofóbica e fortalecer a autoestima e promover a cidadania plena de travestis e transexuais” (NASCIMENTO, 2011). Entre as travestis presentes na fundação da ASTRAPA destacamos a atuação de Fernanda Benvenutty, Gel Laverna e Lumara Vilar.

Ainda em 2002, fruto do mesmo projeto de fortalecimento e especificação de demandas de segmentos internos ao MEL, sob iniciativa das militantes Marly Joaquim e Lucia Bezerra é fundado no mês seguinte o Grupo de Mulheres Maria Quitéria. Durante o processo de reestruturação do Maria Quitéria observamos um intenso fluxo de estabelecimento de seu sujeito, ou seja, do público que lhe circunscrevia. Inicialmente com o objetivo de acolher mulheres lésbicas e transexuais femininos, e posteriormente de mulheres lésbicas e bissexuais, atualmente o grupo adota uma denominação mais abrangente visando contribuir com políticas públicas pró-Diversidade e fortalecer a cidadania de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

Coordenada pelos três grupos, no ano de 2002 foi organizada a “I Parada do Orgulho Gay de João Pessoa”, também primeira parada do estado da Paraíba. A parada reuniu na ocasião cerca de duas mil pessoas

e tinha o objetivo de estabelecer no calendário festivo da cidade uma ocasião pública de mobilização política pela visibilidade de homens e mulheres gays, travestis e transexuais (NASCIMENTO, 2011).

A partir dos anos 2000, em uma articulação nacional conformada pela ação de quatro dos grupos melhor estruturados (o Grupo Gay da Bahia, GGB, na Bahia; o Grupo Arco-Íris, no Rio de Janeiro; CAEHUSP, em São Paulo; e o Grupo Dignidade, em Curitiba), foi lançado o projeto Juntos SOMOS mais fortes, que pretendia montar centros regionais de capacitação e monitoria para lidar com questões relativas ainda à expansão da aids, naquela ocasião principalmente entre homens que faziam sexo com homens (HSH); por ocasião do projeto iniciou-se um esforço conjunto de caráter nacional com o objetivo de consolidar as bases do movimento no Brasil e fortalecer bases regionais, além de contribuir com a expansão dos órgãos já existentes pelo interior dos estados (ABGLT, 2003).

Como analisaram Malu Morenah e Luciano Vieira Bezerra nas entrevistas, foi nesse momento, na segunda fase do projeto, entre 2001 e o segundo semestre de 2002 que as mobilizações então existentes e possibilitadas através de viagens e atividades de formação de militantes para promoção da cidadania homossexual e combate às doenças sexualmente transmissíveis e a aids que surgiram ou foram oficializados grupos militantes nas cidades de Cabedelo, Itabaiana, Sapé, Mari, Campina Grande, Cajazeiras, Catolé do Rocha para citar aqueles mencionados pelos interlocutores ou identificados através de pesquisa bibliográfica (NASCIMENTO, 2011; OLIVEIRA, 2012).

Os primeiros frutos do “Projeto Somos” e das atividades de formação de agentes multiplicadores e de trocas de experiências desenvolvidas pelo MEL nos anos anteriores nos municípios mais afastados da região metropolitana começaram a surgir a partir da expansão de trabalhos muitas vezes individualizados ou configurados a partir de pequenos coletivos de homossexuais, em sua maioria, homens gays. A título de referência deve-se citar as atividades do Movimento Homossexual de Cabedelo, o MOHOCA, no início dos anos 2000, na zona da mata; na

cidade de Itabaiana, também na zona da mata, é fundado o grupo Gayreiros do Vale do Paraíba, contando como principal representação o militante “Ferreirinha”, um dos fundadores e idealizadores do MEL, em João Pessoa (NASCIMENTO, 2011; OLIVEIRA, 2012). Na cidade de Cajazeiras aparece também uma representação do MEL em João Pessoa; na cidade o grupo aparece com o nome de Melica já entre 2002 e 2003. Em 2004 é fundada a Associação dos Homossexuais de Campina Grande, ainda como um núcleo localizando dentro do CIPIMAC (Centro Informativo de Prevenção, Informação e Mobilização de Profissionais do Sexo). Em 2004 também é fundado a Associação do Orgulho LGBT de Cajazeiras, no alto sertão do estado da Paraíba (OLIVEIRA, 2012).

É preciso, todavia, entender que, muitas vezes, considerando as condições sociais e econômicas dos militantes, muitos grupos de militância não se encontram juridicamente registrados sob qualquer forma legal, ou estão juridicamente restritos de pleitear grandes projetos ou editais nacionais por estarem em débitos na prestação de contas. A atuação desses grupos ainda sem registro é esporádica e muitas vezes circunscrita a intervenções públicas ou eventos pontuais. Exemplo disso são as cidades da região do brejo paraibano, notoriamente as cidades de Araçagi, Guarabira, Sapé, Mari e Alagoinhas que apresentam importantes e atuantes representantes na militância em suas cidades e localidades, mas que não apresentam qualquer movimento instituído legalmente. Além disso, conforme analisado a partir das informações coletadas nas inúmeras conversas informais estabelecidas em campo, é preciso também compreender a importância e emergência de novos formatos de militância, especialmente entre jovens, que constantemente e por veículos que lhe são mais acessíveis, tais como a internet e redes sociais provocam movimentos representativos e significativos sem, contudo, vincularem-se aos modelos tradicionais de militância, tais como os movimentos sociais/ONG.

Em um esforço de articulação dos grupos de militância LGBT espalhados pelo estado, a partir de 2008 inicia-se a tentativa de conformação de uma entidade única que pudesse representar o movimento

no estado. Como informado por Luciano Vieira Bezerra, o Fórum de Entidades LGBT do Estado da Paraíba buscava assim congrega forças em um movimento de coalisão e participação conjunta, tentando fazer convergir os interesses dos grupos que o constituíam. Ainda que em anos recentes atividades já venham sido promovidas em nome do grupo, e mesmo cargos distribuídos e diversos documentos de acordo e parcerias tenham sido assinados com o nome do Fórum de Entidades, o que se percebe é que até o momento, esse é um grupo marcado pelas tensões que anteriormente provocaram as separações e cisões no movimento. As tentativas de formação de uma imagem de coesão e de ações em coalisão estão sendo esboçadas, mas ainda encontram-se em nível inicial tendo em vista o processo de surgimento de novas identidades exigindo para si representatividade também dentro do movimento, a exemplo das pessoas transexuais, de maneira mais evidente, homens transexuais, além das tensões e negociações em função dos modelos de atuação do movimento em virtude do ingresso de membros mais jovens e com outros perfis de militância que não o que costumeiramente se fez desde o início do século através de parcerias com o Estado, em especial com agências e instituições vinculadas à saúde, ou de maneira mais explicita, com a aids.

Considerações Finais

Nos termos de uma história dos movimentos sociais brasileiros, a designação movimento LGBT circunscreve e aglutina uma série de sujeitos com orientações eventualmente não heterossexuais em torno da produção de estratégias de reconhecimento de pautas e modos de ação política que contemple as questões e interesses elaborados como específicas em um contexto que onde o acesso a direitos e o exercício da cidadania tende a ser balizado por um ordenamento heterossexual. Contudo, lidar com esse fenômeno implica considerar duas observações que complexificam o seu entendimento. A primeira é que a história de constituição do objeto é marcada por processos de negociação, trânsito, diálogos, constituição e reconhecimento de subjetividades, identidades coletivas e demandas, de modo que se se faz referência a um movimento

LGBT já de início, estou a referir-me de maneira ampla a um processo mais complexo do qual o termo e os sujeitos que ele busca contemplar são apenas a sua manifestação mais recente. A segunda observação a demarcar a complexidade do fenômeno e com impacto sobre as análises aqui apresentadas é que a constituição de um movimento LGBT implica o reconhecimento dos espaços de aproximação e reconhecimento, de mediação e disputa em torno de sujeitos que politicamente se elaboram como também específicos, de modo que, sumariamente, por exemplo, podemos falar que se a orientação sexual ocupa um lugar de destaque na produção de subjetividades, identidades e demandas nos primeiros segmentos que o movimento designa; para travestis e homens e mulheres transexuais os processos de produção político-identitária parecem incidir mais a partir do gênero produzindo assim arranjos mais complexos em torno daquilo a que Butler (2003) tentava chamar de uma matriz de inteligibilidade de gênero a partir da qual se compõem convenções e normatizações das formas de interpelar o gênero em seu aspecto sistêmico.

O empreendimento em torno do qual o movimento e ativismo LGBT esteve mais implicado, ao longo de sua trajetória, pode ser sintetizado na desvinculação da diversidade sexual e de gênero em relação a modelos ou referenciais patológicos da sexualidade, construindo assim formas de ser e estar no mundo positivas e em estreita articulação com espaços de intervenção social e política em diferentes eixos e níveis: saúde, educação, segurança humana, reconhecimento de direitos civis e garantias sociais. Uma hipótese explorada aqui é que, desde o advento da aids, no Brasil a estratégia adotada pelos organismos para desvincular-se de certa imagem das homossexualidades e transexualidades como perversão, sujeira ou desvio tem sido a elaboração de uma imagem positiva que se ancorou simultaneamente na tradução de modelos inclusivos de família, conjugalidade e estilo de vida por um lado, e, por outro, na produção de uma linguagem própria para essas experiências a partir da domesticação dos referentes e a negociação ou reelaboração da concepção de heterossexualidade como única forma de ordenamento da

experiência do parentesco, da conjugalidade e de maneira mais ampla, das formas institucionalizadas de organização e significação social.

Os modelos de ativismo e militância produzidos e experimentados ao longo da história LGBT não são homogêneos ou únicos, ainda que estabeleçam contínuos diálogos entre si. Na esteira dos processos de produção de diferença, segmentos internos têm construído uma retórica e forma de ação política que tem buscado problematizar uma possível sobreposição das homossexualidades masculinas (e poder-se-ia acrescentar, também brancas e flexionadas por um viés de classe significativo) frente a outros segmentos. Ilustrativo disso é como os coletivos que conformam o movimento de transexuais e transexuais têm optado ou se orientado para uma abordagem que reconheça a condição transexual como uma condição desvinculada da homossexualidade, em busca assim do atendimento pelo Estado de suas demandas e pautas próprias. Nessa esteira, o reconhecimento dos direitos civis é fundamentalmente orientado para a reivindicação do próprio direito à existência em decorrência das perpetuação de formas de violência, opressão, silenciamento e marginalização de mulheres e homens transexuais e travestis.

O percurso aqui desenhado teve como objetivo apresentar uma visão panorâmica da história e do processo de conformação do movimento LGBT a partir da cidade de João Pessoa, tomando como ponto de partida as atividades dos grupos Nós Também, Beira de Esquina e Movimento do Espírito Lilás. Ainda como exercício de compreensão das conjunturas e esforços que possibilitaram a visibilização dos segmentos englobados pelo grupo e das realidades e particularidades de cada localidades apontamos brevemente para o duplo processo de segmentação do grupo na capital e expansão pelo interior e os desdobramentos desse fenômeno através de outras lógicas de reagrupamento e mobilização (como as Paradas e o Fórum de Entidades LGBT da Paraíba).

Nos últimos anos arranjos sociopolíticos específicos na capital e no estado, bem como a possibilidade de diálogo e troca de experiência com outros grupos e formatos de militância tem contribuído para mudanças significativas nos moldes e estratégias de atuação do movimento,

mas que deverão ser refletidos em outros espaços. Nesses termos, o cenário para os momentos vindouros, ainda que não favorecido pela contingência de cerceamento a direitos historicamente conquistados, a perspectiva é de, no mínimo, a intensificação de fluxos de criatividade a partir do encontro entre gerações e propostas de ativismo, militância e formas de fazer política que se parecer promissoras – e que sejam!

Referências

- ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais. *Projeto Juntos Somos Mais Fortes*. Rio de Janeiro: ABGLT, 2003.
- Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba – ASTRAPA. Ata de Fundação. Acervo da ASTRAPA. João Pessoa: MEL/Projeto Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba, 2002. (mimeo)
- BARTH, Fredrik. “Etnicidade e o conceito de cultura”. In: *Antropolítica*, vol.19, n.2. Niterói/UFF, 2005.
- BENSA, Alban. “Da micro-história à uma antropologia crítica”. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p.39-76.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CLIFFORD, James. Sobre a Alegoria Etnográfica. In: *A Experiência Etnográfica*. São Paulo: Nova Fronteira, 1998.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FRANÇA, Isadora Lins. Entre cercas e pontes: o movimento LGBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. Dissertação (Pós-graduação em Antropologia Social), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.
- GALVÃO, Jane. *Aids no Brasil: a agenda da construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA/ São Paulo: 34, 2000.
- GARCÍA, Esteban Andrés. Políticas e prazeres dos fluídos masculinos: barebacking, esportes de risco e terrorismo biológico. DÍAZ-BENÍTEZ,

Maria Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Org.). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GREEN, James. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, n.15, vol.2. p.271-295. Campinas (SP): 2000a.

_____. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução de Cristina Fino e Cemássia Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000b.

HANNERZ, Ulf. *Cultural Complexity: essays on cultural organization of meaning*. Nova York: Columbia University Press, 1992.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, vol.5. p.07-41. Campinas (SP): 1995.

LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EdUsp, 2014.

PARKER, Richard. Introdução. In: PARKER, Richard. *Políticas, instituições e Aids: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar/ ABIA, 1997.

SILVA, Breno Correia. “Carta de 8 de julho de 1994”. Acervo do Movimento do Espírito Lilás. João Pessoa: MEL/Projeto Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba, 2012 [1994]. (mimeo)

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Uma política travesti: notas etnográficas sobre a campanha de Fernanda Benvenutty na Paraíba. Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 2011.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. *Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba*. (Relatório Final da Pesquisa). João Pessoa: Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos/UFPB, 2013.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. *Fronteiras invisíveis: gênero, questões identitárias e as relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil*. In: Bagoas, vol. 3, n.4. Natal: UFRN, 2009.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. *Variações entre masculino e feminino: acervo e narrativas do movimento LGBT na Paraíba*. Relatório Final de Pesquisa. João Pessoa: UFPB/PRPG: 2012.